

ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC

COLEÇÃO EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

○ LULISMO NA CRISE DA DEMOCRACIA SOB UMA PERSPECTIVA DE CLASSE

Entrevistado: André Singer

18 DE JANEIRO DE 2022



Centro de
Memória
Unicamp



ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

Desde 2013 abre-se um processo com movimentos de ruptura da democracia, que implicou em descontinuidade da capacidade da ordem democrática brasileira de, a partir do passado, delinear os comportamentos presentes e organizar as expectativas de futuro. Em consequência, vimos emergir atores políticos neoconservadores e autoritários que se colocam em antagonismo à democracia. Diante disso, perguntamos: como lidar com esse momento de tensionamento da democracia, notadamente, em um país como o Brasil, em que ela possui uma trajetória tão curta?

Para pensar o referido questionamento, propomos a constituição do Acervo Digital que, em linhas gerais, visa estabelecer frentes de diálogo com ativistas, intelectuais e pesquisadores que estejam envolvidos em um dos três eixos que sintetizam as históricas agendas populares de resistência ao autoritarismo no país: democracia, estado de direito e desenvolvimento. O objetivo é coletar experiências, organizar visões e propostas a fim de divulgar amplamente conjuntos de abordagens sólidas e orientadas que auxiliem a reflexão e a ação daqueles interessados em disputar na arena pública a defesa dos valores democráticos.

A presente pesquisa foi realizada pelo Cedec, em parceria com o Centro de Estudos Internacionais e Política Contemporânea (Ceipoc-IFCH/Unicamp) e o Centro de Memória da Unicamp (CMU/Unicamp). Financiada com recursos da Fapesp e do Faepex/Unicamp.

Equipe:

Pesquisadores

Andrei Koerner
Lígia Barros de Freitas
Mariele Troiano
Raquel Kritsch
Wilson Vieira

Auxiliares de Pesquisa

Bruno Ramos Brait
Fernanda Gonçalves Ferreira
Lucas Esteves de Souza
Yasmin Domingues de Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Celly Cook Inatomi
Júlio Cattai
Lucas Baptista
Ozias Paese Neves
Pedro Henrique Vasques

Apoio Técnico

João Paulo Berto

ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

Coordenador: Andrei Koerner

Título da entrevista:

O lulismo na crise da democracia sob uma
perspectiva de classe

Entrevistado:
André Singer

Entrevistadores:
Lucas Baptista
Leonardo Belinelli
Andrei Koerner

Data de realização:
18 de janeiro de 2022

Entrevista realizada via internet, por meio do aplicativo Zoom.

São Paulo, junho de 2022.

INÍCIO DA ENTREVISTA¹

Lucas Baptista: Hoje, dia 18 de janeiro de 2022, damos início a mais uma entrevista para o Projeto Acervo Digital do Cedec, que tem por objetivo construir um acervo de experiências de pesquisas que tratem de temas relacionados ao Estado de Direito, Democracia e Desenvolvimento no Brasil.

Nosso convidado de hoje é André Singer, professor titular do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Foi coordenador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-FFLCH/USP), e lidera, junto a Bernardo Ricupero, o Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil (GPPPB). Além disso, por conta de sua formação em Jornalismo, André Singer também já foi secretário de Redação da Folha de S. Paulo e porta-voz da Presidência da República durante o primeiro governo Lula.

Sua trajetória de pesquisa percorreu, e percorre, temas como comportamento eleitoral, teoria política moderna e classes sociais na política brasileira contemporânea, estudando comportamento político, problemas da democracia e análise de classe dos partidos no Brasil. Dentro de sua vasta produção bibliográfica, escreveu uma sequência de livros muito importantes para a nossa atualidade, em que se voltou para o entendimento do fenômeno que chamou de “lulismo”, chegando a ganhar o Prêmio Anpocs de Melhor Obra Científica em 2013 por seu livro *Os sentidos do lulismo*. Por todas essas e outras questões, que vamos explorar ao longo de nossa conversa, sua presença aqui, hoje, é bastante relevante. É um prazer tê-lo aqui conosco, professor.

Vamos para a primeira pergunta da nossa entrevista, que é justamente sobre seus projetos de pesquisa atuais. Além de ser o resultado imediato da sua livre docência, o livro *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*², publicado em 2012, congrega toda uma trajetória investigativa que caminha *pari passu* com o renascimento democrático nacional dos anos 1980, e ainda abre ensejo para a feitura do segundo livro sobre a crise do lulismo³. Em que medida os projetos atuais, “Evolução truncada? Os deslocamentos das classes sociais na crise da democracia brasileira” e “Coalizões de classe e crise do lulismo” dialogam com essa trajetória? Como você tem pensado essa perspectiva tanto da crise do lulismo quanto da crise da democracia?

André Singer: Os dois projetos de pesquisa mencionados são uma continuidade da investigação que já vinha sendo feita. A partir de 2016, com o final do ciclo de governos dirigidos pelo PT, era possível ver que uma etapa da vida política brasileira havia sido concluída. Não era apenas uma alternância de poder. As eleições de 2018 foram precedidas por um impeachment, que pesquisadores consideram como sendo um golpe parlamentar. Portanto, não estava em jogo simplesmente uma mudança dentro de uma democracia em pleno funcionamento. Havia se dado uma quebra mais profunda.

1 Entrevista transcrita por Mariana dos Santos Escobar.

2 Singer, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

3 Singer, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

A ideia de “evolução truncada” nasceu do fato de que, desde a promulgação da Constituição de 1988, houve uma transformação de aspectos da realidade brasileira, mas que foi truncada em 2016. A expressão vem de Chico de Oliveira, que falava disso há muito tempo⁴, embora o diagnóstico dele fosse um pouco diferente. O projeto de pesquisa quer dialogar com Chico e, também, com outros pesquisadores anteriores a nós.

Num primeiro sentido, trata-se de avaliar o quanto o possível truncamento é explicável pelas relações de classe, ponto de vista metodológico e ontológico que eu já tinha adotado em pesquisas anteriores, sobretudo em *Os sentidos do lulismo*. Por outro lado, há uma pergunta que expande o trabalho que vinha sendo feito: em que medida o truncamento pode ser visto como o capítulo brasileiro de um processo mundial?

Trata-se de um olhar que pontua o problema do desenvolvimento do capitalismo como um todo, do desenvolvimento planetário, o que não estava muito colocado nas minhas pesquisas anteriores. Simetricamente, há uma outra questão: em que medida a crise da democracia no Brasil é um capítulo da crise mundial da democracia? Em suma, há uma continuidade de temas, mas com tons, problemas e abordagens novas.

Lucas Baptista: Dentro dessa perspectiva para pensar tanto a crise do lulismo quanto suas relações com a crise da democracia mundial, há resultados preliminares dessas reflexões? Há mudanças e/ou continuidades na maneira de se pensar o Brasil?

André Singer: Há novidades. No entanto, há uma preliminar. Gastamos muito tempo preparando o projeto de pesquisa, que foi discutido coletivamente durante dois anos. Depois, passamos um período longo aguardando a resposta das agências financiadoras. Como os subgrupos foram trabalhando por contra própria, eu não poderia dar uma resposta coletiva. Vou falar por mim mesmo e pelo Grupo de Pesquisa Política e Pensamento no Brasil (GPPPB), associado ao Cenedic.

Nos últimos três anos (2019, 2020 e 2021), tenho desenvolvido um raciocínio que não está concluído, mas que apareceu em *O Brasil no inferno global*⁵, coletânea que organizei com Cícero Araujo e Fernando Rugitsky em 2022, na qual escrevemos a Introdução e, junto com Hugo Fanton, escrevi um capítulo⁶. Além dessa coletânea, há mais dois artigos inéditos, um⁷ sobre o ensaio que Fernando Henrique Cardoso publicou em 1972 sobre o regime político brasileiro⁸, e o outro sobre o que chamo de “autocratismo de viés fascista”⁹.

Vou mencionar alguns aspectos, mas sem a intenção de encaixar todas as peças. Fundamentalmente, venho confirmando que há uma ligação forte entre o que está em curso no Brasil e no mundo, e vários pesquisadores internacionais vêm corroborando

4 Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

5 Singer, André; Araújo, Cícero; Rugitsky, Fernando (Orgs.). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.

6 Singer, André; Fanton, Hugo. Pandemia e “great reset” capitalista: uma janela no interregno? In: Singer, André; Araújo, Cícero; Rugitsky, Fernando (Orgs.). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022, pp. 119-149.

7 Singer, André. Revolução burguesa dependente e modelo político brasileiro, 1971-2001. In *SciELO Preprints*, 2022.

8 Cardoso, Fernando Henrique. O regime político brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, 2, 1972.

9 Singer, André. Entre o ridículo e o ameaçador. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 de set., 2021. Caderno Ilustríssima.

essa tese. Também é possível afirmar que a crise do capitalismo toma um rumo novo a partir de 2008, o que explica parte do que está acontecendo. Não é apenas o agravamento da situação, é uma reconfiguração do capitalismo mundial, com a presença saliente dos Bancos Centrais, em particular, o *Federal Reserve* dos Estados Unidos e o Banco Central da China, que passam a ser decisivos.

A crise da democracia não começa em 2008. Está ligada ao processo de dominância neoliberal, que veio crescendo e esvaziando a democracia há quarenta anos. O *crash* de 2008 vem para agravar o quadro. Falando assim, pode parecer tudo muito evidente, mas as ligações, as mediações e as relações de causa e consequência não estão claras. Falta um esforço no sentido de investigar como isso realmente se deu e por quê, mas a tendência do que tenho pesquisado é de confirmar essa interpretação.

Como o Brasil se encaixa nisso? Vejamos. A crise capitalista não nos atinge imediatamente em 2008. Na verdade, o Brasil tem uma reação positiva à crise, não imediatamente, pois 2009 foi um ano ruim para todo mundo, mas, em 2010, quando o país voltou muito bem economicamente. Em boa medida, isso explica a eleição da ex-presidente Dilma e o fato de o ex-presidente Lula ter deixado o governo com oitenta por cento de aprovação.

O Brasil começa a sentir a crise de 2008, de maneira mais estrutural, só em 2011, e mesmo assim de maneira mediada, porque a ex-presidente Dilma tentou amortecer a crise e superá-la por meio de políticas econômicas que não estavam no *script* do capitalismo mundial e nem no *script* do próprio lulismo. Isso, de alguma maneira, eu já tinha escrito em *O lulismo em crise*.

A novidade das pesquisas que têm sido feitas no GPPPB é que elas mostram como que o deslocamento de classe vai fazendo os empresários mudarem de posição em relação à Dilma a partir de 2013. Os alunos que têm trabalhado comigo, uma parte deles, inclusive, de Iniciação Científica, e outros da pós-graduação, perceberam por meio de pesquisa no *Valor*, que houve uma inflexão do empresariado em 2013, o que não tinha sido notado. Observa-se um deslocamento lento, que vai produzir uma mudança política a partir do final de 2014, quando a ex-presidente Dilma resolve ceder às pressões e mudar a orientação da política econômica. Ela, talvez, não esperasse que o efeito da mudança fosse tão forte, mas houve uma consequência recessiva que acabou prejudicando as suas condições de enfrentamento do impeachment. Temos uma espécie de nó em que as coalizões de classe acabam por dar uma configuração muito particular tanto para a crise do capitalismo quanto para a crise da democracia. O Brasil é um capítulo da situação global, cujo caráter específico tento reconstruir.

Um outro aspecto importante está no artigo “A reativação da direita no Brasil”, que acaba de sair na revista *Opinião Pública*¹⁰, em que tento mostrar como a eleição do Bolsonaro reativa uma latência que havia no eleitorado desde a eleição de Fernando Collor em 1989. O eleitorado brasileiro possui uma parcela conservadora, uma direita importante – em torno de trinta por cento. Ela é forte em setores de classe média, mas também tem um enraizamento popular, que não está muito claro. A bibliografia muitas vezes se deu conta de que havia algo nesse sentido, mas não pesquisou bem a questão.

10 Singer, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 3, set.-dez., pp. 705-729, 2021.

Afinal, o que é o conservadorismo popular? Não está nítido. O meu artigo é uma revisão de trinta anos de pesquisas quantitativas, procurando ver como a latência de direita foi se desenvolvendo. A hipótese nova é de que o lulismo desativou o conservadorismo e que Bolsonaro o reativou, sobretudo o conservadorismo popular. Ele acorda na campanha do impeachment e na disputa eleitoral de 2018.

Um terceiro aspecto está no artigo que já citei anteriormente, em que tomo como ponto de partida o artigo de Fernando Henrique Cardoso de cinquenta anos atrás. Nele, Cardoso tenta mostrar quais são as alternativas de regime que se abriam para a ditadura militar. Minha hipótese é de que a situação atual, com diferenças importantes, é comparável com a de 1964.

Lucas Baptista: Você falou em subgrupos de pesquisa. Como funciona o esquema dessas pesquisas? Vocês têm alguma rede internacional de pesquisadores? Há algum tipo de financiamento?

André Singer: Participo de duas instâncias de pesquisas interligadas. Sou pesquisador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), que já tem vinte e cinco anos e que foi fundado por Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli, da Sociologia da USP, entre outros estudiosos. Associado ao Cenedic, há o Grupo de Pesquisa Política e Pensamento no Brasil (GPPPB), que já citei anteriormente e que dirijo com Bernardo Ricupero desde 2010.

Na condição de coordenador do Cenedic, realizamos uma pesquisa, entre 2014 e 2016, financiada pelo CNPq, que resultou no livro *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*¹¹. Na época, a pesquisa envolveu cerca de dez pesquisadores do Cenedic. Na sequência, em 2017, decidimos tentar um projeto temático na Fapesp. Foi quando houve a ampliação, com vários subgrupos presentes, entre eles o GPPPB.

Com relação às redes internacionais, há conexões do Cenedic com grupos na África do Sul, na França, na Inglaterra, entre outros países. O GPPPB se aproximou, sobretudo, de pesquisadores que estão na Inglaterra, como o professor Alfredo Saad Filho, do *King's College* e a professora Lena Lavinias (UFRJ), que agora está em Londres. O projeto temático possui, ainda, várias outras conexões em potencial, mas que só poderão ser efetivadas caso ele seja aprovado.

Lucas Baptista: Dada a nossa conjuntura contemporânea, vocês têm encontrado dificuldades para custear a pesquisa?

André Singer: Em 2016, ao terminar o projeto *As contradições do lulismo*, começamos a pensar no trabalho seguinte. Demoramos para formulá-lo, pois houve a decisão de fazer um projeto temático para a Fapesp, o que implica investimento maior por parte dos pesquisadores. Depois, ficamos cerca de dois anos esperando a resposta que, num primeiro momento, foi negativa. Estamos, agora, cogitando pedir reconsideração, cujo resultado não sabemos qual será. O longo tempo de espera acabou desorganizando e desestruturando o grupo, pois as pessoas foram assumindo outros compromissos. Isso interrompeu a continuidade da pesquisa no Cenedic.

11 Singer, André; Loureiro, Isabel (Orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

Outro fator importante é que, em 2019, o CNPq suspendeu os chamados editais universais. Então, ficamos impossibilitados de repetir o que tínhamos feito em *Contradições do lulismo*. Foi um modelo que funcionou bem, era menor e mais ágil. Recentemente, o CNPq reabriu esses editais e nós reapresentamos o projeto, mas o parecer também foi negativo. Pedimos reconsideração. Como se vê, estamos enfrentando dificuldades, sim.

Lucas Baptista: Para finalizar as perguntas mais pragmáticas sobre sua pesquisa, e pensando, ainda, nesses últimos três anos, queremos saber se a pandemia do Covid-19 acarretou dificuldades para o desenvolvimento da pesquisa, e, além disso, se o problema da pandemia chegou a ser incorporado por vocês como uma questão de pesquisa.

André Singer: Como estávamos aguardando os pareceres das agências de fomento durante boa parte do período da pandemia, podemos dizer que não houve prejuízo direto. O Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil produziu um conjunto de textos que foram publicados no livro já citado, *O Brasil no inferno global*, editado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Essa coletânea foi um trabalho feito sem financiamento, fruto de um debate bastante produtivo que conseguimos levar adiante enquanto aguardávamos as respostas formais.

Nos textos, incorporamos, de maneira central, a pandemia. A preocupação era pensar a ligação do Brasil com o processo internacional de crise do capitalismo e crise da democracia. A pandemia passou a ser importante no agravamento da crise. Como o processo da pandemia é muito novo – aliás, estamos no meio dela –, tivemos que trabalhar com bastante cuidado. Contudo, é possível dizer que ela causou um impacto tanto na economia quanto na política. No caso da política, esse impacto é controvertido e precisa ser interpretado, mas passa pela derrota do ex-presidente Trump nos Estados Unidos em 2020. Na minha opinião, a derrota de Trump está muito relacionada à pandemia, que acabou tendo um efeito benéfico para a democracia, ou, ao menos, para minorar os efeitos da crise da democracia, pois se buscou uma alternativa ao pior.

Lucas Baptista: Muito obrigado, professor. Vamos passar, agora, para o nosso segundo bloco, com questões mais substantivas acerca da sua trajetória.

O período da sua graduação em Ciências Sociais, e, depois, em Jornalismo, ambas na USP, confundem-se com o momento da redemocratização brasileira. Poderia nos falar um pouco sobre o clima intelectual e político da universidade naquele contexto? Quais as principais referências teóricas e o que estava em pauta no debate político quando você era estudante?

André Singer: Entrei nas Ciências Sociais da USP em 1976, completando o curso dentro do período regular. Depois, nos anos 1980, ingressei em Jornalismo, na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da mesma universidade. Durante os anos 1970, o clima político no Brasil ainda era bastante repressivo. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog se deu em 1975, apesar da abertura ter se iniciado em 1974, com a presidência do General Geisel. O

curioso era que, na USP, o curso de Ciências Sociais era completamente livre. O pensamento marxista ainda era forte, era a tônica do momento. Lemos trechos do *Grundrisse* logo nos primeiros anos do curso, em disciplinas obrigatórias. Estudamos Gramsci e Walter Benjamin. Essa literatura, que era tradicional na USP, era usada sem nenhuma restrição. Isso me espantou, pois achava que iria encontrar um quadro de censura, o que não aconteceu. O curso foi excelente e nos beneficiou muito.

Faço uma observação, que decorre do fato de eu ser professor há muitos anos em Ciências Sociais na USP. O curso não é fácil, porque exige uma espécie de preparação que a grande maioria de nós não tem. Apesar de vir de uma família de cientistas sociais, eu também não tinha o preparo necessário.

A USP tinha uma política que, até certo ponto se mantém, de expor os alunos que ingressavam a textos muito difíceis. A ideia era de que os alunos não deveriam ler manuais, e sim os textos dos próprios autores, por mais difíceis que fossem. Isso causa muito problema, porque os alunos ficam com muitas dúvidas – eu próprio fiquei muito perdido. Só que, ao mesmo tempo, é muito instigante e desafiador. Penso que, apesar das dificuldades, vale a pena ser exposto a textos que são visivelmente difíceis.

Hoje, com a orientação que dei para o meu próprio caminho acadêmico, tenho muita gratidão pelo que recebi. De alguma forma, o livro que escrevi junto com o professor Cícero Araújo e o professor Leonardo Belinelli, *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política*¹², retoma aquela perspectiva. Obviamente, houve atualizações, mas a matriz ou o modo de pensar, que chamamos de “histórico conceitual”, estava ali, assim como esteve presente no meu currículo de estudante.

Última observação. Apesar de eu dizer que o pensamento marxista era predominante, a USP sempre foi muito aberta: era o tal do “ecletismo bem temperado”. Quando digo que o pensamento marxista era predominante não significa que outras vertentes não estivessem presentes e que as combinações não se dessem de maneira livre, sobretudo a ligação com Max Weber e também com Durkheim. Além disso, também havia uma espécie de pressuposto antidogmático fundamental. Tudo tinha que ser criticado, inclusive e, principalmente, o próprio marxismo. Insisto que, apesar da desestruturação dos departamentos por conta das cassações de 1969, tive o privilégio de ter um excelente curso.

Lucas Baptista: Falando um pouco sobre os anos 1990, o concurso para professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) é um marco muito importante na sua trajetória. Ao longo daquela década, você se tornou mestre e doutor em Ciência Política pela USP, no mesmo momento em que também era professor. Você poderia falar sobre como foi sua entrada como pesquisador e professor na USP, principalmente sobre o início da sua trajetória acadêmica de pesquisa? Como foi a escolha dos objetos e dos métodos dos seus primeiros trabalhos? Quando você decidiu estudar o comportamento eleitoral no Brasil?

12 Singer, André; Araújo, Cícero; Belinelli, Leonardo. *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

André Singer: A pergunta permite fazer uma comparação esclarecedora. Quando ingressei na carreira docente na USP, em 1990, o clima era totalmente diferente do que é hoje do ponto de vista intelectual. O marxismo já era, no terreno da Ciência Política, um elemento secundário, se não, inexistente. A Ciência Política deu uma virada no sentido institucionalista. Quando comecei a dar aula, a influência da teoria da escolha racional era forte. Tenho a impressão de que hoje está mais plural, mas não tenho certeza.

O fato é que precisei estudar bastante o que não conhecia. De um lado, o viés institucionalista, de outro, a escolha racional. Os métodos quantitativos eram valorizados. Deparei-me com um cenário intelectual distinto. O que facilitou a minha transição foram dois fatores importantes. Um deles é que havia o grupo de teoria política no departamento, que, pela natureza do trabalho, tinha conexões com o que eu havia estudado na graduação, sobretudo com os clássicos, como Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Locke e Montesquieu. Comecei a carreira dando aula sobre esses autores, retomando o que havia lido na graduação. Acompanhei os seminários e debates internos do grupo de teoria política, muito ativo naquela época.

O outro fator que me ajudou foi que, sob a orientação do professor José Augusto Guilhon Albuquerque, comecei a estudar eleições. Ao longo do período que trabalhei como jornalista, eu tinha acompanhado as pesquisas eleitorais, o que me deu alguma familiaridade com o tratamento quantitativo de opinião pública. Foi uma das razões pela qual optei por estudar comportamento eleitoral no doutorado. Foi uma maneira de pesquisar um assunto sobre o qual eu já tinha interesse antes, e também um jeito de mergulhar na empiria e no tratamento dos dados. Sempre acreditei que isso era necessário.

Demorei para entender que a abordagem marxista talvez não tenha facilidade para trabalhar com dados em ciências sociais; talvez não tenha desenvolvido bem esse aspecto. Existem exceções, claro, mas vejo que, quando autores de inspiração marxista analisam dados, muitas vezes se referem a outras abordagens e se beneficiam de pesquisas feitas em campos diversos. Enfim, fiz a opção por estudar comportamento eleitoral e me sinto contente com ela.

Depois, acabei voltando ao marxismo e, ao retornar, tentei trazer o que tinha aprendido na minha viagem funcionalista. O artigo que mencionei no começo da entrevista, "A Reativação da direita no Brasil", retoma o ponto que deixei no doutorado. Inclusive, com as mesmas técnicas. A análise de dados é um terreno muito árido e custoso para escrever, porque é preciso comparar diversas e diferentes porcentagens. Produzir um texto razoavelmente interessante com tal abordagem torna-se sofrido.

Lucas Baptista: Em que medida essa agenda do comportamento eleitoral, sobretudo no Brasil, tem a ver com a própria experiência da redemocratização dos anos 1980? Em que medida isso impactou a sua escolha por estudar o comportamento eleitoral? Como isso impactou a própria agenda de pesquisa no âmbito da Ciência Política naquele contexto?

André Singer: Impactou fortemente. A volta das eleições presidenciais diretas a partir de 1989, que foi o que eu estudei, passou a ser um item fundamental do processo político. Não havia eleições diretas desde 1960. Foram quase trinta anos sem elas. A volta dos plei-

tos coincidiu com a mudança metodológica e intelectual profunda dos estudos políticos no Brasil, que, como eu disse antes, afastaram-se muito do ângulo marxista, tanto que acabaram deixando de lado as questões de classe relacionadas ao capitalismo.

Houve uma convergência da mudança do ambiente intelectual com a importância das eleições, que passou a ser um objeto central de reflexão. A eleição tem um aspecto interessante, pois, por ser numérica em si, ela pode ser estudada do ponto de vista quantitativo. Isso toca num problema, que, certamente, será ainda muito debatido, pois não é fácil estudar política do ponto de vista quantitativo. Muitos elementos não são quantificáveis em política. Se você faz questão de ter uma base empírica, muitas vezes será empurrado para esquemas quantitativos estranhos. Mas votos são quantificáveis por definição.

Quando voltei de Brasília, em 2007, procurei contribuir para o desenvolvimento de técnicas qualitativas, mas as técnicas quantitativas continuaram a ser importantes para mim. Enfim, a política, muitas vezes, não é mensurável, mas a eleição é mensurável pela própria natureza dela. Por isso, ela foi importante para o desenvolvimento da Ciência Política norte-americana. Nos anos 1950, quando houve a tal da revolução behaviorista na Ciência Política, perguntava-se por que os behavioristas foram estudar eleições. Porque, com elas, pode-se usar estatística, computador e processamento de dados. Outros aspectos da política não são passíveis desse tipo de tratamento, ou não são facilmente manejáveis de maneira quantitativa.

Lucas Baptista: Dentro desse assunto, um dos seus trabalhos mais importantes, no que diz respeito ao debate do comportamento eleitoral, é o livro *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*¹³, publicado em 2002, quando você mobiliza a noção de direita e esquerda, tal como propõe o cientista político italiano Giovanni Sartori. Apoiando-se em dados das eleições presidenciais de 1994 e 1998, bem como das eleições paulistas de 1990, seu trabalho se diferencia de outras análises eleitorais em voga naquele contexto. Isso se dá, entre outras coisas, porque você argumenta que o eleitor comum é capaz de identificar gradações no embate político-ideológico entre esquerda e direita, a partir das quais define o seu voto. Poderia falar um pouco da feitura desse livro? Qual foi o seu impacto naquele contexto?

André Singer: A inspiração metodológica utilizada no livro dialoga com a Escola de Michigan. Inclusive, a principal interpretação que encontrei vem dessa literatura: a ideia de "intuição política". Isso explica a recepção crítica do livro, pois há aí um paradoxo. Se você perguntar para os eleitores o que é direita ou o que é esquerda, eles não sabem responder. Evidentemente, uma parte sabe, mas é pequena. Boa parcela de críticas ao meu trabalho veio dessa constatação: afinal, como o eleitor pode se orientar por algo que ele não entende? Se ele não sabe explicar, como pode orientá-lo? A dúvida é correta e eu não a nego. Acima de tudo, é uma pergunta válida. Apresentei uma resposta, mas não tirei o questionamento da cabeça. Encontrei a chave na literatura, a partir da ideia de "intuição política": o eleitor não sabe explicar, mas sabe reconhecer. Se você pergunta para ele "quando as pessoas se orientam entre esquerda e direita, onde você se coloca?", o eleitor sabe mais ou menos onde se colocar, intuitivamente.

13 Singer, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 2002.

Cerca de vinte a vinte e cinco por cento dos eleitores não sabem, nem intuitivamente, mas isso pode variar bastante. Chamou-me, muito atenção, aliás, quando revi os dados para o artigo "A reativação da direita". Em certo momento da polarização no Brasil, o que é condizente com o que defendo, cai muito o número de eleitores que não sabem responder onde se colocam no espectro esquerda-direita.

Não estou dizendo que todos têm intuição política, pois, às vezes, a pessoa não tem nenhuma ideia de fato. Mas se há uma oscilação, deveríamos nos perguntar: "por que uma parte das pessoas, em certo momento, não sabe responder, mas depois responde onde se coloca ideologicamente?" Tem alguma coisa aí que precisa ser compreendida. Não significa que elas aprenderam o que é esquerda e direita de um período para o outro.

Uma parte das pessoas não tem intuição. Outra parte tem uma intuição fraca, mas tem alguma. Outros sabem os limites do que é esquerda e direita. Enfim, o eleitorado se distribui nessas várias opções. O que defendi no livro, baseado nas eleições presidenciais de 1989 e 1994, é que cerca de setenta e cinco por cento do eleitorado tem algum grau de intuição ideológica, o que lhe permite se colocar no espectro direita-esquerda com algum grau de coerência.

Isso permite explicar porque uma pessoa que se coloca numa determinada posição vota no candidato de posição oposta. Vimos, por exemplo, que muitas pessoas que declararam o voto em Lula para deputado federal em 1982 também declararam voto em Afanásio Jazadji para deputado estadual. Afanásio Jazadji era um radialista de programas policiais, bastante conservador. Como é que as pessoas podem fazer esse tipo de combinação?

Em um eleitorado muito amplo, você encontra de tudo. Há uma variação enorme. Tudo isso tem que ser reconhecido. Eu agradeço aos meus críticos, pois fui obrigado a pensar, responder e enfrentar os problemas. Porém, o artigo sobre a reativação da direita no Brasil confirma plenamente o meu argumento. Você encontra uma incrível regularidade de posicionamento das pessoas no espectro. Na média, cerca de setenta e cinco por cento das pessoas tem algum grau de intuição e nós temos que levar o dado em consideração. Creio que minha contribuição foi chamar atenção para ele, uma vez que o posicionamento ideológico estava fora do debate da ciência política.

Importante dizer também que fui beneficiado, quando estava no doutorado, pelo convênio entre o Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP, o CEDEC e o DataFolha para a elaboração de uma pesquisa nacional de cultura política. Nela, colocou-se a questão sobre esquerda-direita, que talvez nunca tivesse sido levantada se não fosse o convênio. As pessoas não davam importância para ela. Achavam que o eleitorado brasileiro não entendia do assunto.

Só pude fazer o doutorado porque existiam os dados, porque havia a pesquisa de cultura política. Foi decisivo. Depois, o DataFolha, ao longo dos anos, manteve a pergunta, nem sempre da mesma maneira e nem repetidamente, mas foi o suficiente para que eu pudesse fazer o painel de trinta anos publicado na revista *Opinião Pública*. A partir de 2002, o ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) também começou a fazer a pergunta, com uma formulação um pouco diferente, usando escala de dez pontos ao invés de sete, o que torna a comparabilidade meio complicada, mas, de todo modo, a pergunta está lá.

Quanto à recepção, reli uma parte da bibliografia brasileira mais recente para escrever "A reativação da direita" e vi que o assunto ainda é polêmico. Muitos ainda escrevem dizendo que não faz sentido, que a minha tese está errada. Só posso agradecer, porque, na realidade, tem que debater mesmo, ninguém é dono da verdade. Cientista, sobretudo cientista social, não tem compromisso de dizer a verdade, mas de levantar hipóteses que possam contribuir para aumentar o conhecimento. Frequentemente, as hipóteses estão erradas.

Contudo, também há trabalhos recentes que confirmam meus dados. Alguns confirmam o meu ponto de vista, acrescentando algumas coisas, mudando outras. Estabeleceu-se um campo de debate. Para um pesquisador como eu, está mais do que bom.

Lucas Baptista: Professor, ainda que você tenha firmado sua trajetória acadêmica no âmbito do comportamento eleitoral, outras reflexões e ações são subjacentes à sua trajetória, como a própria reflexão sobre o papel da imprensa no processo de construção da democracia. Você chegou a publicar, antes dos anos 2000, um artigo sobre o tema, em que faz um balanço analítico da relação entre mídia e democracia, publicado, justamente, em comemoração aos dez anos da democracia brasileira¹⁴. Naquela altura, você alertava que a absorção da cultura impressa pelo mundo virtual poderia causar efeitos perversos à qualidade da representação, sobretudo pelo esvaziamento do debate, a partir da existência dos "pseudo-fatos", como você mesmo classifica. Poderia falar um pouco sobre essa questão, que parece dialogar totalmente com a contemporaneidade.

André Singer: Acho que esse lado do meu trabalho acabou ficando marginal. Escrevi alguns artigos sobre esse assunto a partir de uma realidade prática, pois, como já comentei, formei-me em Jornalismo na ECA e trabalhei como jornalista por quase trinta anos, até 2007. Em alguns momentos, tive interesse em refletir sobre o assunto. Depois, a partir de 2007, tive que tomar a decisão de deixar de lado as atividades jornalísticas profissionais, dedicando-me integralmente à carreira docente. Considero que o que escrevi sobre imprensa não tem grande originalidade. Gosto do artigo que você menciona, como, de modo geral, aprecio os textos que publiquei sobre o assunto. Defendo-os e acho que não cometi nenhum grande erro. Mas não vejo originalidade, uma tese nova.

Do ponto de vista substantivo, porém, estou ainda mais convencido das teses que defendi sobre a imprensa. O tema está em voga. O filme *Don't Look Up*, de 2021, por exemplo, traz à tona a questão. Em um momento da crise da democracia, a política – e não só a política, mas toda a realidade social –, é mostrada na mídia como um espetáculo, esvaziada de conteúdo. Isso produz um efeito invertido. As pessoas começam a achar que tudo é espetáculo e, portanto, nada é propriamente verdade. Tudo está sujeito a uma certa montagem. A questão, então, tornou-se crucial.

14 Singer, André. Mídia e democracia. *Revista USP*, São Paulo, n. 48, p. 58-67, dez./fev. 2000-2001. Ver também: Singer, André. Nota Sobre o Papel da Imprensa na Transição Brasileira. In: Carlos H. Filgueira e Dieter Nohlen (Eds.). *Prensa y Transición Democrática: Experiencias Recientes en Europa y América Latina*. Frankfurt/Madri: Vervuert/Iberoamericana, 1994.

Entretanto, fiz os textos com base no que havia sido a minha experiência, lendo a bibliografia existente à época. Depois, tomei a decisão de me concentrar em outros aspectos da política, como a questão de classe, do capitalismo etc. Então, imagino que haja uma literatura mais atualizada sobre mídia e imprensa que eu não conheço.

Lucas Baptista: Mas a sua experiência como jornalista foi importante para além disso, sobretudo por ter sido porta-voz da presidência da República no período de 2003-2007. Em que medida sua atuação como jornalista, iniciada ao longo dos anos 1980 e que vai até 2007, conecta-se com a escolha dos objetos e dos caminhos de pesquisa? Há mudanças na maneira de pensar o Brasil ou, por outro lado, persistem continuidades?

André Singer: Tenho duas observações sobre o ponto. Minha trajetória me fez ver como é importante ter veículos de imprensa os mais próximos possíveis de um ideal de debate, que, infelizmente, acabou ficando para trás, talvez no final do século XIX, mas que deixou resquícios. Uma imprensa que alimenta um público que quer entender os argumentos em jogo e quer compreender as questões de fundo. Por mais que pareça utópico, nenhuma democracia pode funcionar para valer sem isso. A democracia é um regime exigente e pede do cidadão um grande envolvimento. Para que a exigência seja cumprida, é preciso dar condições para que as pessoas se envolvam. A imprensa que procura ir a fundo nos problemas, tanto no que diz respeito à cobertura jornalística quanto às ideias, é fundamental.

Feito esse registro, tenho que agradecer a possibilidade de ter visto como funciona a Presidência da República do Brasil. Vi por dentro, o que me foi dado pela condição de jornalista profissional. Foi determinante, inclusive, para que eu sugerisse o conceito de “lulismo”. Não creio que o conceito tivesse ganhado a dimensão que ganhou se não fosse minha experiência como porta-voz da Presidência da República.

Escrevi recentemente uma pequena homenagem ao professor Marco Aurélio Garcia¹⁵, que morreu há alguns anos. A primeira pessoa que me falou de “lulismo” foi ele, antes da eleição de 2002. Não é que o lulismo tenha começado na eleição de 2002, mas ela foi fundamental para o lulismo. O exercício da Presidência da República pelo ex-presidente Lula configurou o lulismo, que era, digamos assim, uma possibilidade, algo que estava em germe. Marco Aurélio tinha percebido isso e me contou, e logo comecei a pensar no assunto.

Essa foi a influência jornalística, por assim dizer, na mudança de objeto de pesquisa a partir da minha volta à docência depois de 2007. Vale lembrar que, no período em que fui porta-voz e secretário de imprensa, 2002-2007, fiquei afastado da docência, até porque estava em Brasília. Foi o único momento em que me afastei da USP em três décadas, ou quase cinco se considerarmos o tempo de estudante.

Lucas Baptista: Muito obrigado por suas repostas, professor. Vamos, agora, ao nosso terceiro bloco de perguntas, que será levado a cabo por nosso colega Leonardo Belinelli.

15 Singer, André. Marco Aurélio, lulismo e sonho rooseveltiano. *Teoria e Debate*, Edição 209, 22 de junho de 2021.

Leonardo Belinelli: Boa noite, professor. Damos início, então, ao terceiro bloco de questões, que é uma tentativa de estabelecer uma comparação entre a sua formação e as circunstâncias atuais de sua produção. Para começar, vamos aos trabalhos mais recentes, que fazem parte de um ciclo iniciado na sua livre docência, defendida na USP em 2011, e publicada no ano seguinte sob o título já citado *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. Nesse livro, um dos argumentos mais fortes é o de que há um realinhamento eleitoral no Brasil a partir de 2006, quando o fenômeno do lulismo modifica um padrão histórico de comportamento político das classes populares. Entre outros efeitos, esse deslocamento teria feito o PT se converter em um partido popular. Como esse diagnóstico se vincula às suas análises anteriores? Houve uma inflexão metodológica, uma ruptura, ou não? Como é que as partes se ligam?

André Singer: Houve uma mudança metodológica, sem dúvida. Lembro-me que, quando voltei para São Paulo, estava com essa questão do lulismo em mente, porque o Marco Aurélio havia me falado sobre isso antes da eleição. À medida que o primeiro mandato do presidente Lula foi se desenvolvendo, fui achando que o lulismo estava se configurando, o que não estava evidente para os analistas.

Quando voltei para São Paulo, em 2007, além da análise das pesquisas eleitorais, que era o que eu normalmente fazia, lembro-me que fiquei muito interessado num texto do Francisco Weffort, “Raízes sociais do populismo em São Paulo”¹⁶. No texto, Weffort analisa a eleição de 1962, que opôs Jânio Quadros – que tinha renunciado à presidência, mas se recandidatou a governador – a Ademar de Barros. Janismo versus ademarismo.

Comecei a ficar interessado na maneira pela qual Weffort tratou o assunto. O texto me remeteu ao *18 Brumário*, porque Weffort faz referência ao clássico de Marx. Sempre o ecletismo bem temperado: Weffort usa Marx, mas também usa Weber. Usa até Luckács, e vai somando uma série de leituras para chegar à visão do populismo no Brasil. Chamei o meu texto inicial de “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”, que era uma paráfrase do título do Weffort, que havia sido meu professor. Queria dialogar com ele.

O artigo de Weffort produziu um deslocamento metodológico no meu trabalho, porque ele fazia uma análise de dados da eleição, mas procurando remeter às classes sociais. Nessa perspectiva, eu podia partir da minha matriz, mas fazer conexão com as classes. Havia aquela formulação interessantíssima de que o janismo tinha força entre os operários porque era uma coisa que caminhava junto com o desenvolvimento do capitalismo. O janismo era uma visão meritocrática, em que a luta contra a corrupção se equiparava à luta contra o atraso, isto é, contra os obstáculos ao capitalismo. Essa é uma ideia muito interessante, levando em consideração que os operários, naquele momento, estavam em ascensão e melhorando de vida. O operariado não tinha a posição dos ademaristas, que eram setores de classe média que se sentiam atropelados pelo desenvolvimento do capitalismo. A questão era pensar em que medida o desenvolvimento do capitalismo, com seus aspectos monopolistas, ameaçava uma determinada classe. Não havia essa conexão de classe no meu trabalho anterior. Então, a mudança metodológica foi trazer as classes para o tipo de análise que eu fazia antes.

16 Weffort, Francisco. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, v. 1, n. 2, 1965: pp. 39-60.

Leonardo Belinelli: No seu livro, a presença do *18 Brumário* de Marx é muito acentuada para explicar esse processo de popularização do PT, que teria remodelado as forças sociais que sustentaram o segundo governo e, também, os governos Dilma. Naquela ocasião, você assinalou que o lulismo ganhou vida ideológica ao executar um reformismo fraco, baseado em um pacto político conservador, aglutinando em torno de si bandeiras que, até então, pareciam não se combinar. Isso estabeleceu uma espécie de tensão interna dentro do próprio partido, no que você formulou a ideia de “duas almas do PT”, a do Sion e do Anhembi¹⁷. Você poderia falar mais sobre o que está em jogo nessa tensão entre essas duas almas?

André Singer: Trata-se de um dos nós da política brasileira e, talvez, o nó principal da esquerda brasileira. O PT foi criado como um partido de esquerda, não como de centro-esquerda, nem como um partido de posições doutrinárias vagas. O PT tinha uma posição definida, o que, no Brasil, não é nada comum.

Não podemos esquecer que o partido que antecede o PT é o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PCB o antecede como o principal partido do campo da esquerda a partir da sua fundação, em 1922, até o momento em que se dilui em várias frações. Quando eu falo “campo da esquerda”, refiro-me a tudo que está à esquerda do centro. O PCB também tinha posições doutrinárias claras, até pelas suas origens, mas se tornou ilegal a partir de 1947, não chegando a ter nem dois anos de legalidade. Já o PT foi a primeira experiência de um partido nitidamente de esquerda, com doutrina de esquerda e legal, e com grande apoio sindical, o que dava uma base efetivamente de trabalhadores ao partido.

O problema é que essa orientação foi sofrendo o impacto da política brasileira tal como ela existe realmente. Aí entra um aspecto histórico do maior interesse: o PT foi fundado quando a industrialização começava a terminar, e ninguém sabia disso, e também não havia como saber. Isto é, quando o PT é fundado, no dia 10 de fevereiro de 1980, estávamos no auge da industrialização. Havia uma classe trabalhadora em expansão, de natureza industrial, e que era moderna. Tínhamos um capitalismo modernizado. O Brasil era um país completamente industrial, preenchendo quase todo o leque da cadeia industrial. Mas, de uma hora para outra, tudo parou, enquanto o mundo continuou em uma velocidade brutal. Houve, como bem sabemos, um tremendo desenvolvimento tecnológico em muitas áreas, e o Brasil ficou para trás.

Hoje, a realidade é muito diferente da de 1980. O desenvolvimento político brasileiro foi impactando o PT, partido que retomava formulações clássicas, como a da Primeira Internacional, de que a emancipação dos trabalhadores deveria ser obra dos próprios trabalhadores. Por isso o partido se chama “Partido dos Trabalhadores”, e não “Partido Socialista dos Trabalhadores”, nem “Partido dos Trabalhadores Socialistas”. É Partido dos Trabalhadores, porque a emancipação dos trabalhadores seria feita por eles próprios, como dizia a Primeira Internacional liderada pelo próprio Marx. Perry Anderson diz que o PT foi o único partido no mundo fundado com estas características depois da Segunda Guerra Mundial¹⁸.

17 Singer, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 88, dez., 2010.

18 Anderson, Perry. Jottings on the conjuncture. *New Left Review*, n. 48, 2007, pp. 5-37.

Só que o Brasil foi mudando no sentido inverso do que se esperava, o que impactou o partido e suas opções. Algumas propostas foram discutidas, outras nem tanto. Algumas, formuladas, outras não formuladas ao todo, foram levando ao lulismo, ao movimento popular. O que marca o lulismo é o seu caráter popular, mas o PT original, a alma do Sion, é marcada pela fatura de esquerda, forjada sobre a base industrial. Essa tensão é fundamental, é o nó da esquerda e um dos nós da política brasileira.

Leonardo Belinelli: Qual é o papel desempenhado por Lula na consolidação desse movimento? Você mencionou que uma das questões mais difíceis da política é, justamente, quantificar algumas das características dos agentes, tanto é que dizem que a política é uma arte. Então, qual é o papel de Lula? Ele seria capaz de transformar essa identificação eleitoral que caracteriza o lulismo em uma identificação política?

André Singer: Nada disso teria acontecido se Lula não tivesse se revelado um líder popular. Ele poderia ter sido líder sindical sem ser o líder popular. Líder sindical é líder sindical, que tem capacidade de negociação. A luta sindical pode ter consequências políticas importantes. Certos resultados podem simplesmente não acontecer como Marx ou a esquerda esperariam. Por outro lado, Lula se revelou um líder popular que ninguém sabia que seria, fato que se consumou plenamente na Presidência da República, que vejo como fundamental para explicar essa transformação. Claro que a presidência não faz o líder, pois a pessoa pode ser presidente e não ser um líder popular, a exemplo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas Lula tem essa característica, e o fenômeno do lulismo como um movimento popular não teria se dado se não houvesse um líder popular. Esta é uma coincidência histórica que poderia não ter ocorrido, não é obrigatória, é uma singularidade que não conseguimos medir. Por isso, a ciência política precisa de outros instrumentos.

Leonardo Belinelli: Já que foi mencionado Fernando Henrique Cardoso, vamos retomar o debate sobre a terceira via dos anos 1990, do qual ele mesmo fez parte e se engajou, tentando incorporar o debate organizado, principalmente, a partir do Partido Trabalhista Britânico, de Tony Blair, para o Brasil. Em outras palavras, no Brasil, nos anos 1990, a bandeira da terceira via estava nas mãos do PSDB, que obteve apoio de parte significativa dos eleitores mais pobres, que votaram em FHC em duas eleições consecutivas. Desde a eleição de Lula, em 2002, houve mudanças sociais e ideológicas na polarização política PT e PSDB, em vigor desde 1994, cuja expressão mais evidente são as eleições vencidas pelo PT em 2006, 2010 e 2014. Você conclui que, entre outras coisas, o PT se tornou mais o partido dos pobres e menos dos trabalhadores, em oposição ao PSDB, reconhecido como o partido da classe média e dos ricos, digamos assim. Um partido mais Brasil e menos de esquerda, o que acaba colocando o PT em uma nova posição. Nesse sentido, seria plausível caracterizar o lulismo como uma espécie de experiência real da terceira via no Brasil, nem socialista, nem neoliberal? Ele acaba reorganizando o debate proposto nos anos 1990?

André Singer: Acho que não. Estou bastante convencido de que a ideia da terceira via não é uma boa aproximação, não ajuda a pensar o Brasil. O lulismo tem um componente popular central, e popular em um contexto brasileiro, o que muda tudo. A ideia de terceira via de Tony Blair é própria do primeiro mundo. A diferença central é que o primeiro mundo tinha resolvido os problemas básicos da integração. É verdade que isso não se aplica muito bem aos Estados Unidos, dado que eles têm um problema semelhante ao problema brasileiro, que é o da segregação racial. Não por acaso, o formulador da terceira via, Tony Blair, é da Inglaterra, que representa a configuração do Velho Mundo.

No Brasil, isso não se dá, porque não se resolveu a questão da integração. O que fala ao coração das camadas populares no Brasil, na minha opinião, é a integração. Elas querem se integrar a um processo que, na prática, é capitalista. Não que faça parte do programa das camadas populares a defesa do capitalismo, mas obter a integração nas condições reais existentes de agora significa integrar-se ao capitalismo.

No caso brasileiro, portanto, quando falamos da política real, no “campo popular”, a ideia de terceira via não faz sentido. Diria até que a experiência de crise do lulismo a partir de 2016 e o que veio ocorrendo nos últimos cinco anos mostram a vigência do impasse estrutural. A conjuntura contemporânea reatualizou o impasse estrutural, enquadrando a política a partir do impasse.

A votação no PSDB, no ex-presidente Fernando Henrique, em 1994 e 1998, foi econômica. O Plano Real acabou com o processo inflacionário de uma década ou mais, que acarretara prejuízos enormes para os trabalhadores. Ao cortar o processo inflacionário, houve um ganho imediato importante para os trabalhadores. As camadas populares reagiram ao ganho imediato, que ocorreu a partir de 1994. Deram um voto de confiança, com base nesse ganho econômico, em 1998. É diferente do que vai se dar a partir de 2006, quando ocorre o realinhamento. O PSDB não conseguiu converter seus governos em identidade eleitoral, coisa que o PT fez. Ocorreu em 2006 o que eu chamo de “realinhamento”. Por isso, olhando do ponto de vista teórico, a ideia de terceira via não nos ajuda a pensar.

Leonardo Belinelli: A sua reflexão sobre o lulismo é, por assim dizer, completada no livro *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma*, no qual você elabora uma teoria sobre a relação entre partidos políticos e sociedade no Brasil. Poderia comentar sobre como você desenvolveu essa teoria e de que forma ela se vincula ao seu trabalho anterior sobre o lulismo?

André Singer: Uma parte do livro tenta reconstruir o processo de impedimento, entrando em detalhes da gestão da ex-presidente Dilma. Eu queria explicar o lulismo e os seus possíveis desenvolvimentos futuros.

O capítulo quatro do livro é a tentativa teórica de fôlego. Tentei reproduzir no tratamento dos partidos políticos o que tinha feito no tratamento do comportamento eleitoral. Do mesmo modo que tentei desvendar as bases de classe do comportamento eleitoral, tentei mostrar as bases de classe da formação partidária brasileira e, para isto, usei o método comparativo.

Procurei comparar a experiência partidária do período 1945-1964 com o período 1988-2014. Tivemos duas experiências relativamente comparáveis no tempo de democracia funcionando suficientemente bem, embora a segunda tenha sido mais longa do que a primeira. Embora tenhamos sempre que considerar a ilegalidade do Partido Comunista, houve uma sequência de eleições competitivas entre 1945 e 1964, e, no segundo caso, também.

Identifiquei uma regularidade. No período 1945-1964, produziram-se três grandes formações partidárias. Havia outros partidos nominais no Brasil, mas prevaleceram três formações partidárias com raízes de classe: UDN, PSD e PTB. Já no período entre 1988 e 2014: o PSDB, MDB e PT. Chamou-me atenção a simetria entre essas formações, razoavelmente parecidas e comparáveis. Podemos comparar a UDN com o PSDB, o PSD com o MDB e o PTB com o PT.

A sugestão a que cheguei é de que existem raízes de classe possíveis para essas formações, que seriam o que eu chamo de “campo de classe média”, para explicar a UDN e o PSDB; o “campo popular”, para explicar o PTB e o PT atual; e, aí eu tive que apelar para uma fórmula que é heterodoxa, de “partido do interior”, para caracterizar o PSD e o MDB. O interior não é uma classe social, evidentemente, mas pode ser entendida como uma formação de classe, digamos assim. Nesse ponto, a estrutura fica complexa. Quebrei muito a cabeça em torno dela.

Leonardo Belinelli: Interessante, porque a ideia de “partido do interior” acaba também, como a polarização de classe, retomando algumas ideias básicas da tradição do pensamento político e social brasileiro, e mesmo da Sociologia da USP, na qual o corte moderno/atraso também era fundamental. Quer dizer, a embocadura continua parecida. Voltando, agora, para a relação entre os dois livros, no livro de 2012, há um diálogo com Weffort, um estudo de comportamento eleitoral no qual a categoria do lulismo é elaborada a partir do diálogo com o populismo e com o bonapartismo, mais direta ou menos direta. Já no livro posterior, encontramos um diálogo mais amplo com a tradição do pensamento político e social, com referências a Caio Prado e a Roberto Schwarz, mas, em especial, a dois sociólogos professores da USP, Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira. Existe mesmo uma inflexão de ângulo analítico entre os dois livros?

André Singer: Não sei se existe uma inflexão, mas pode ser que exista e eu não tenha percebido. Sinto que há uma espécie de expansão. Na verdade, a partir de *Os sentidos do lulismo*, entrei na vereda de entender a política brasileira sob o ângulo de classes. Isso foi me levando, cada vez mais, a entender o Brasil, e não só a política, sob um ângulo de classe. Talvez eu tenha me deixado fascinar pelo problema.

O fascínio talvez tenha a ver, também, com o fato de que, no período que precedeu *O lulismo em crise*, o Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil fez uma leitura sistemática de autores de interpretação do Brasil, começando por Caio Prado, terminando com Chico de Oliveira, e passando por todos os que você mencionou. Realmente, aparece mais na introdução do livro, mas o assunto me cativa.

À medida que o tempo passa, acho que a hipótese de Roberto Schwarz, de que no Seminário d’*O Capital*¹⁹ tenha surgido uma nova intuição sobre o Brasil, faz sentido. Teria que, depois, em um outro momento, enxergar como é que se dá a inserção de Chico de Oliveira no contexto, porque ele não fez parte do Seminário d’*O Capital*. Ele se integrou de um modo muito criativo à essa matriz de pensamento.

Você mencionou Fernando Henrique e Chico de Oliveira. Eles colocaram a mão sobre o assunto. Chico é mais explícito nos trabalhos recentes. Diz que se você entende o Brasil como uma importante formação periférica, entende muita coisa do capitalismo, coisas que não estão claras para quem está no centro. Afinal de contas, a periferia é uma parte importante do capitalismo e o funcionamento do capitalismo periférico é importante para entender o capitalismo como um todo. Chico de Oliveira diz, acho que em *A era da indeterminação*²⁰, que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia só foi entendido pelos latino-americanos nas décadas de 1950 e 1960. Eles não estavam estudando a Rússia, mas o que descobriram sobre o desenvolvimento do capitalismo aqui ajudava a explicar o de lá. Chico está dizendo que os próprios russos não entenderam a Rússia. Os estudos latino-americanos resolveram problemas que Lenin e Trotsky deixaram lá atrás.

Isso nos permite imaginar que estamos estudando um tema que pode contribuir para uma compreensão da totalidade. Talvez apareça em algumas linhas de *O lulismo em crise* um pouco do que eu falei no começo desta entrevista: colocar o Brasil no âmbito mundial. O fundo da questão está ali.

As ideias de Fernando Henrique Cardoso ficaram um pouco obscurecidas, menos visíveis, dado que ele mudou de orientação política prática. FHC é muitas vezes visto em função da sua trajetória presidencial ou de publicações mais atuais. No entanto, há um grande ganho intelectual em recuperar suas produções anteriores. É um pouco da aposta do livro *Lulismo em crise*, porque talvez eu tenha tomado consciência, que não era tão nítida quando comecei. Aí, fiz uma inflexão.

Andrei Koerner: Gostaria de retomar essa questão que você trabalhou no início, sobre pensar a política e os paradoxos que são postos pela política no Brasil, no sistema mundial, e que são provocados pela crise. A crise implica, de fato, a rediscussão das bases sobre as quais estávamos acostumados a pensar.

Eu me lembro que, há alguns anos, entrevistei Luiz Werneck Vianna, que falava exatamente sobre a trajetória da geração dele. Ele dizia "Bom, antes de 1964, nós estávamos no CPC, no Partido Comunista, nas iniciativas de bairros populares. Veio o golpe e, em meados dos anos 1960 e anos 1970, temos toda uma nova agenda de política e de pesquisa sobre a formação do Brasil". E citava explicitamente não só a tese de doutorado dele, mas a de Maria Victória Benevides e a de Maria do Carmo Campello de Souza, por exemplo, que colocavam sobre outras bases a questão de pensar a formação e a política brasileiras. São essas as pesquisas com as quais fomos educados. Ele falava "É, nosso grupo tem relação com o pensamento político", mas eu acho que também é um tipo de reflexão que é provocada por períodos de crise. Então, ficávamos divididos entre pensar o imediato e, ao mesmo tempo, rever as bases sobre as quais estávamos habituados a pensar.

19 Para uma análise do Seminário, ver: Schwarz, Roberto. Um seminário de Marx. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 50, março de 1998, pp. 99-114.

20 Oliveira, Francisco; Rizek, Cibele S. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

André Singer: Concordo cem por cento. Não quero fazer uma crítica à nossa geração, mas, talvez, por bons motivos, tenhamos subestimado a profundidade dos problemas brasileiros. Falando de maneira superficial, fomos otimistas por boas razões. Vivemos a abertura, a volta da democracia, na qual, pela primeira vez, a esquerda estava na legalidade. Tivemos um período longo de democracia, como nunca no Brasil. A crise da democracia pela qual estamos passando está nos obrigando a reconsiderar algumas questões. Pelo menos é o que está acontecendo comigo, não posso falar por mais ninguém. Por isso, tenho feito a releitura sobre o que foi 1964 e suas consequências.

No artigo que escrevi sobre Fernando Henrique Cardoso, retomo a tentativa de entender a democracia brasileira a partir da natureza do regime militar. É interessante perceber como nada estava claro em 1972. Da mesma forma, talvez, também é difícil para nós, hoje, entender o que está acontecendo. É como se a crise contemporânea tivesse recolocado os problemas de 1964. Cinquenta anos se passaram e o Brasil já não é mais o mesmo, mas alguma coisa análoga está acontecendo.

Andrei Koerner: Nós tínhamos bons motivos e uma agenda muito carregada para pensar teoricamente o pós-1988. Como você falou no início, metodologicamente, estávamos na defensiva, porque pensar o pós-1988 era cair no institucionalismo. Minha formação no mestrado e doutorado na USP foi exatamente antes dessa virada. Nossa formação se colocava num quadro histórico e conceitual, mas isso passou a ser visto como pouco relevante, pois o que importava era entender os mecanismos e os processos mais imediatos. Agora, o desafio parece ser o oposto: para sair do processo imediato é preciso rever os quadros conceituais estabelecidos.

Leonardo Belinelli: Essa conversa acaba tocando numa conexão interessante entre as perspectivas políticas otimistas e a epistemologia que favorecia a agência, no que a estrutura era, por assim dizer, subestimada. Quer dizer, existe uma conexão entre ciência e política embutida nesse embate.

Partimos para a última parte da nossa entrevista sobre perspectivas, no que entramos, de fato, na agenda imediata e contemporânea na qual você está mergulhado. Nas suas últimas intervenções e debates, você tem favorecido o diálogo com um conjunto de autores, como Wendy Brown, Nancy Fraser, Christian Laval e Wolfgang Streeck. E você tem manifestado, talvez não explicitamente, uma preferência pelo diálogo com Streeck. É isso mesmo? Se sim, por quê?

André Singer: Streeck demonstrou capacidade de armar um esquema interpretativo sobre a política de 1945 para cá. A maneira histórica de tratar o que está acontecendo ajuda a pensar. Ele é um sociólogo e, nesse sentido, o tratamento da política é algo que talvez fique um pouco bagunçado. Seu foco é o da sociologia da política econômica. Sua contribuição é o ângulo de análise. Em Ciências Sociais, não têm verdade, o que existe são boas hipóteses, e Streeck lança boas hipóteses. O que precisamos é levá-las adiante, verificar se são realmente adequadas para pensar a crise da democracia, que é o que interessa especificamente à política. O olhar de Streeck é muito europeu, não abrange bem a política norte-americana e, talvez, sul-americana, mas, ao dar peso para a Economia Política, retoma uma inspiração de Marx, que tem a ver com o que eu tenho tentado fazer nos últimos quinze anos.

Leonardo Belinelli: Para encerrar. Como a Ciência Política poderia incorporar a perspectiva da crise em suas análises? Estamos diante de uma crise só do capitalismo? A crise do capitalismo e da democracia são a mesma crise ou são crises diferentes? Como essa crise global afeta a situação brasileira?

André Singer: Do ponto de vista metodológico, a crise do capitalismo e a crise da democracia são diferentes. Quando eu digo metodológico, quero dizer que é melhor pensarmos que são diferentes e tentar verificar as conexões. Se partirmos do princípio de que são a mesma, bloqueamos um conjunto de problemas que devem ser abordados. Isso posto, que a crise do capitalismo e a crise da democracia não são a mesma crise, mas que parecem ou podem estar vinculadas, eu diria que a questão que você levanta sobre a Ciência Política remete ao problema das classes.

Se não entendermos qual é o fundamento de classe que, por sua vez, só é compreensível se entendermos como está funcionando a economia política; se acharmos que uma compreensão mais abrangente da política passa por isso, então, a crise do capitalismo tem que ser levada em consideração. Por exemplo, no livro de Adam Przeworski, *Crises da democracia*²¹, ele tem a honestidade intelectual de reconhecer que a Ciência Política foi pega de surpresa. Vinda dele, a constatação é importante, pois ele é um dos principais cientistas políticos do mundo. Será que a surpresa não tem relação com o fato de que alguns elementos fundamentais foram deixados de fora da análise? Talvez esteja sendo muito otimista, mas penso que a própria crise vai nos obrigando a fazer mudanças.

Leonardo Belinelli: Muito obrigado, professor.

Lucas Baptista: Muito obrigado pela sua participação e contribuição valiosa. Agradeço imensamente pela sua disponibilidade. Tivemos uma excelente entrevista.

André Singer: Reitero meus agradecimentos. Foi uma ótima conversa. Agradeço pelo tempo de vocês e pelo interesse. Para mim, foi uma oportunidade única de registrar alguns pensamentos sobre a minha trajetória. Muito obrigado.

Andrei Koerner: Eu também gostaria de agradecer, em nome do Acervo Digital, em nome do CEDEC, em nome de toda equipe, por sua participação, que foi muito interessante e muito rica para todos nós.

FIM DA ENTREVISTA

21 Przeworski, Adam. *Crises da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

“Temos uma espécie de nó em que as **coalizões de classe** acabam por dar uma configuração muito particular tanto para a **crise do capitalismo** quanto para a **crise da democracia**. O Brasil é um capítulo da situação global, cujo caráter específico tento reconstruir”.

“... a eleição do **Bolsonaro** reativa uma latência que havia no eleitorado desde a eleição de Fernando Collor em 1989. **O eleitorado brasileiro possui uma parcela conservadora**, uma direita importante – em torno de trinta por cento. Ela é forte em setores de classe média, mas também tem um **enraizamento popular**, que não está muito claro. (...) Afinal, o que é o **conservadorismo popular**?”

“...a partir de *Os sentidos do lulismo*, entrei na vereda de entender a política brasileira sob o ângulo de **classes**”.

“É como se a crise contemporânea tivesse recolocado **os problemas de 1964**. Cinquenta anos se passaram e o Brasil já não é mais o mesmo, mas **alguma coisa análoga** está acontecendo”.

“... talvez, por bons motivos, tenhamos subestimado a **profundidade dos problemas brasileiros**. Falando de maneira superficial, fomos otimistas por boas razões. Vivemos a abertura, a volta da democracia, na qual, pela primeira vez, a esquerda estava na legalidade. (...). A **crise da democracia** pela qual estamos passando está nos obrigando a reconsiderar algumas questões”.

